

A CONDIÇÃO DA ZONA ATLÂNTICA NA HINTERLAND DE LUANDA, (C.1840-C. 1860).¹

Felipe Pires Vilas Bôas.²

Resumo: Esta composição busca expor a organização sociopolítica da hinterland de Luanda entre as décadas de 1840 e 1860, visando discutir a noção de Zona Atlântica em um contexto de profundas mudanças econômicas e políticas em Angola. Primeiramente, faz-se necessário uma breve explanação sobre a concepção de Zona Atlântica e sua intrínseca relação com a Economia Política Africana, em seguida, cabe a problematização destas concepções e suas interatividades por intermédio de um corpus textual produzido entre 1854 e 1867, intitulado Boletim do Conselho Ultramarino e posteriormente compendiado entre 1867 e 1869, sendo publicado com a designação de Annaes do Conselho Ultramarino (parte não oficial). Pelo exame crítico desta documentação referente a Angola, pretende-se explicitar acerca de mudanças sociais na relação entre africanos e não africanos, especialmente no que compete ao trato entre portugueses e autoridades africanas, objetivando compreender o estado em que se encontrava a Zona Atlântica.

Palavras-chaves: Zona Atlântica; Economia Política Africana; Centralização Política.

Abstract: The composition's aim is to expose the socio political organization of the hinterland of Luanda between the decades of 1840 and 1860, seeking to discuss the notion of Atlantic Zone in a context of major economic and political changes in Angola. First of all, it's necessary to explain the conception of the Atlantic Zone and its intrinsic relationship with the African Political Economy, then, make a problematization of these concepts and its interactivities through a textual corpus produced between 1854 and 1867, named Boletim do Conselho Ultramarino, later epitomized between 1867 and 1869, being published as Annaes do Conselho Ultramarino (parte não oficial). From the critical examination of this documentation

¹ Trata-se de apontamentos que circunscrevem a primeira parte de um trabalho monográfico que se encontra em desenvolvimento na Universidade Federal do Paraná.

² Graduando em História (memória e imagem) pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista/pesquisador pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, desde 2011.

of Angola, it's intended to explicit about social change in the relationship between African and non-African, especially in which competes in the tract between Portuguese and African authorities, in order to understand the current state of the Atlantic Zone.

Key-words: Atlantic Zone, African Political Economy, Political Centralization.

Pelejas bélicas e permutas comerciais: estes eram os pressupostos básicos de interação entre portugueses e comunidades africanas em Angola. Ao intimar-se com as relações comerciais, vislumbra-se, em boa medida, o cenário político da região angolana, como aponta Joseph Miller (1988), quando afirma existir uma mutualidade entre comércio e política em Angola.

Though firearms, liquor, and textiles thus had discernible applications for western central Africans as items of consumption and even for production in the narrow economic sense, their greater appeal lay in the crucial gains they gave their possessors in converting material goods into the fundamental values of the African political economy, into dependents and dependency (MILLER, 1988: 94).

Ao se referir a uma Economia Política Africana, Miller indica que, para além dos fins funcionais das mercadorias externas advindas do comércio com não africanos, havia uma profunda simbologia na aquisição, consumo e exibição dos artefatos. Tais materiais, nas mãos

dos angolanos, ganhavam um status social de distinção interna entre estes, permitiam a reafirmação de laços de dependência e criavam novas formas de submissão e atrelamento, sobretudo quando a moeda de troca por produtos eram seres humanos.

A Economia Política Africana, portanto, estava principalmente vinculada a circulação de pessoas. A troca de produtos por seres humanos legitimava as autoridades africanas devido aos signos culturais³ dos artefatos externos, que só tinham significado quando eram utilizados pela comunidade, ao mesmo tempo em que os mantinham dependentes de um embasamento externo para suas práticas governativas.

Esta circulação de pessoas e acúmulo de produtos corroborava para uma estratificação das estruturas sociais africanas, redefinindo hierarquias e potencializando comunidades em Angola (MILLER, 1988: 72) e na África escravagista como um todo (LOVEJOY, 2002). Afinal, o poder político entre os angolanos não estava presente apenas na posse da terra: fazia-se acima de tudo, pelo domínio das forças produtivas que utilizariam a terra, por intermédio do regime de escravidão doméstica (MEILLASSOUX, 1976: 65-67).

³ As relações entre comércio, política e cultura estão longe de ser uma característica específica da região angolana. Tal interação também pode ser vista em outras partes da África. Como os apontamentos de John Thornton (2004) sobre as regiões Central Ocidental e Ocidental da África. Claude Meillassoux (1995) também argumenta sobre, além de outros autores como Paul Lovejoy (2002) e José Curto (1999).

É consenso entre pesquisadores que o tráfico de escravos exerceu fortes pressões nas estruturas sociais na África por ele afetados direta ou indiretamente, como bem destacam Paul Lovejoy (2002), Joseph Miller (1997) e Claude Meillassoux (1995). Tais pressões de cerne político e comercial transformaram o ambiente angolano, suas sociedades e respectivas chefias, sobretudo na zona falante kikongo⁴ e na bacia do rio Kwanza⁵. Acerca das pressões que o tráfico exerceu sobre as comunidades e suas respectivas chefias ao longo do Kwanza, Miller explicita:

A pressão intensificada da escravização ao longo do Kwanza converteu esses chefes e outros ao estilo militarista dos imbangalas durante final do século XVI. Essa segunda fase de reação à escravidão seguiu-se a escalada de assaltos, quando os exércitos portugueses se juntaram a assaltantes imbangalas depois de 1610 para levar os imigrantes dos baixos rios para os altos vales mais remotos, para os primeiros afloramentos rochosos e para os redutos defensivos básicos cercando os planaltos (MILLER, 1997: 32).

⁴ Língua africana majoritária na região norte de Angola, identificada como referente aos membros da etnia *Kongo*. O *kikongo* também pode aparecer na documentação como língua da *Cabinda*.

⁵ Mais conhecido rio de Angola, o *Kwanza* nasce no *Nano* angolano e segue rumo ao Atlântico, passando por regiões como *Libolo* e *Kisama*. Nos séculos XIX e XX este rio foi explorado para fins colonizadores, devido ao seu leito navegável.

Dessa forma, as pressões exercidas pelo tráfico de escravos fizeram com que os conflitos envolvendo processos escravagistas se tornassem um ciclo que pressionou os sertões angolanos. Principalmente após 1758, quando o comércio com a hinterland⁶ foi aberto para qualquer indivíduo metropolitano ou colonial e houve a acentuação da permuta de armas de fogo como moeda de troca por cativos (MILLER, 1997: 32).

Embasado no que M. I. Finley (1968) observa como uma mudança no sentido da escravidão, Paul Lovejoy (2002) aponta que as pressões externas do comércio de cativos levaram a escravidão doméstica de algo incidental para um patamar institucional. A escravidão deixou de ser um aparato social ligado a círculos de poderes políticos para se tornar base da economia africana, deixando em segundo plano a agricultura.

A escravidão, então, é transformada como instituição quando os escravos desempenham um papel essencial na economia. Historicamente isso significou, em primeira

⁶ *Hinterland* ou hinterlândia trata-se de um uma zona de influências que converge para um os mais pontos litorâneos ou não através de ligações terrestres e viárias. Neste caso, Luanda seria o ponto de convergência que influenciava parte do interior, também referido na documentação pelo termo coevo de Sertão. Impossível definir seguramente a extensão da *hinterland* de Luanda, haja vista que muitas vezes esta zona de influência se fazia de forma não territorial, no entanto, o recorte geográfico no qual o *corpus* documental utilizado centra-se entre os rios *Loje* ao norte, *Kwanza* ao sul e *Kwango* ao leste.

instância, seu papel na agricultura [...] (FINLEY, 1968: 310. Apud. LOVEJOY, 2002: 39).

O encontro das forças internas africanas com as externas, sobretudo as europeias, transformou a escravidão em uma instituição básica da formação social africana. As sociedades africanas acabaram por se organizar em torno do comércio de escravos com os europeus, surgiram sociedades burocráticas voltadas quase que exclusivamente para o comércio de escravos (AJAYI, 2010: 907-909). Estas sociedades passaram a viver em constante conflito com seus vizinhos, adquirindo cativos e comerciando com europeus. A escravidão perdia o seu caráter incidental, periférico, para atingir uma institucionalização e ocupar o cerne de inúmeras sociedades africanas (LOVEJOY, 2002: 54-56).

Desta forma, existia uma concomitância entre comércio e conflito bélico. Pode-se observar esta característica na intensa relação entre a cidade de Luanda e as comunidades do Ndongo⁷ (PANTOJA, 2003:190). Conforme os portugueses pressionavam o Ndongo, as sociedades que lá estavam recuavam rumo ao interior até se estabelecerem na região de Matamba⁸, (BIRMINGHAM, 1992: 75-79).

⁷ Neste caso faz referência a uma ampla região localizada além-litoral de Luanda, que se estende até as proximidades do rio *Lukala*. Não obstante, o mesmo termo pode aparecer para designar um sub-grupo *Mbundu* de circulação na região autointitulada.

⁸ Potentado de origem no confronto entre lusos e *Mbundu* durante o século XVII, quando os titulares *Ngola*, sobretudo *Nzinga Mbandi*, foram se afastando do planalto do *Ndongo* até as terras além *Lukala*.

Tradicionalmente, desde os primeiros vínculos comerciais em Angola entre portugueses e Mbangalas¹¹ no século XVII (LOVEJOY, 2002: 128-129), as relações ocorriam através de permutas realizadas pelos afro-portugueses e concentravam-se majoritariamente no comércio de cativos, seja por caravanas ou pela política das feiras (MILLER, 1988: 582-583).

Os contratantes – detentores de créditos do litoral – investiam capital em produtos atlânticos desejáveis aos africanos como: tabaco, tecido e álcool. Tais produtos não eram artigos isolados, mas compendiados e levados ao interior por afro-portugueses, salvo algumas exceções de comitentes – pequenos comerciantes litorâneos que se arriscavam no interior (FERREIRA, 1997: 80). Uma vez que os banzos¹² ou fazendas se encontravam nos sertões de Angola, eram distribuídas às autoridades africanas na compra de cativos ou levadas às feiras na quais os cativos eram comerciados. Ou seja, o comércio de

¹¹ Sociedade angolana que surgiu através da fragmentação de títulos de poder de *Kinguri Lunda* e da apropriação de estruturas militares do *kulembe*, o tradicional *kilombo* dos *Ovimbundu*. O vocábulo *Mbangala* é uma adaptação do termo *umbundu – vangala* (valente). Os *Mbangala* foram os primeiros da região ao sul dos *Kongo* a estabelecer laços comerciais com os lusos no início do século XVII. O termo *Mbangala* pode aparecer também com a grafia *imbangala*. Para maiores detalhes sobre este grupo, consultar: MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco: os antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: AHN, 1995.

¹² Também conhecido como fazenda, os *banzos* eram compêndios de produtos voltados ao comércio de escravos como tecidos, geribita e tabaco. Agiam como semi moeda de troca nos sertões de Angola.

cativos era uma atividade de alto risco, haja vista a não garantia de retorno dos bens, no entanto, extremamente valorosa se bem fadada (FERREIRA, 1997: 81-82).

Até o início do século XIX a política das feiras ainda era atuante dentro da lógica comercial de Angola, sobretudo na hinterlândia de Luanda. As feiras eram organizadas em torno dos presídios e ali eram comercializados produtos sob a jurisdição portuguesa, especialmente o comércio de cativos (FERREIRA, 1997: 78).

A organização do comércio em feiras foi uma tentativa lusa de diminuir a presença afro-portuguesa no trato do comércio. A partir da segunda metade do século XVII, observam-se conflitos entre interesses de portugueses, brasileiros e afro-portugueses (CURTO, 1999: 69-70). Estas tensões ocorreram pelo fato da presença brasileira e afro-portuguesa gerar grande concorrência para com os lusos, colocando os comerciantes, traficantes, contratantes e comitentes portugueses em situação de desvantagem comercial em determinados casos (MILLER, 1999).

A partir de 1810, com a paulatina queda do comércio de escravos de Angola para o Brasil – em vistas do século XVIII – o tráfico de escravos se voltou às regiões fora dos núcleos de Luanda e Benguela (FERREIRA, 1997: 78), sendo que em Luanda produtos como marfim e cera passaram a ganhar mais espaço (VENÂNCIO,

1996: 146-147). No decorrer do século XIX, principalmente no período da ilegalidade do tráfico, as regiões do Ambriz¹³ e Cabinda¹⁴, tornaram-se polo do tráfico ilegal e entrada principal de produtos franceses e ingleses contrabandeados (FERREIRA, 1999: 147).

A mudança de destino de mercadorias – sobretudo os cativos – implicou em alterações no trato do comércio. A política das feiras perdia espaço para os antigos libandos¹⁵ e as milongas¹⁶, que foram os primeiros mecanismos conhecidos de escoamento comercial na região (FERREIRA, 1997: 78-79).

O governo de Luanda visando maximizar os lucros do comércio na hinterland e fortalecer os comitentes da cidade reestruturou a política das feiras a partir de 1839, sobretudo nas feiras do Ndongo, Beja, Lukamba¹⁷ e nos arredores do presídio de Mbaka¹⁸ (FERREIRA,

¹³ Região litorânea de Angola entre os rios *Loge* e *Dande*. Com uma presença lusa inexpressiva, esta região majoritariamente *Kongo*, foi o destino de muitos embarques de mercadorias ilegais, sobretudo os de cativos comprados por ingleses e franceses.

¹⁴ Região litorânea na bacia do rio *Zaire*. Assim como o *Ambriz*, *Cabinda* tem importante papel no comércio ilegal, no entanto, a presença lusa, ainda que tímida, era superior nesta localidade no que em *Ambriz*.

¹⁵ Faz referência a uma caravana comercial hidrográfica.

¹⁶ Faz referência a uma caravana comercial terrestre. O termo milonga(s) pode também fazer referência a ervas medicinais ou a preparados de cura espiritual e clínica.

¹⁷ *Ndongo*, *Beja* e *Lukamba* eram feiras localizadas na região falante *Kimbundu*, no planalto do *Ndongo*.

¹⁸ Assim como as feiras acima, *Mbaka* também se localizava – e ainda se localiza – na região do *Ndongo*, no entanto, *Mbaka* ou *Ambaca*, foi a região pré-colonial e colonial

1997: 79). Em meados do século XIX, caravanas e feiras ainda são os principais mecanismos de trato comercial, não obstante, observa-se um movimento tímido do comércio monetarizado nas regiões de Mbaka e Npungu Ndongo.¹⁹ Além disso, as caravanas passaram cada vez mais a serem geridas pelas chefias africanas Mbundu²⁰ (FERREIRA, 1997: 90), que acabam por controlar as rotas interioranas (VELLUT, 2010).

Práticas comerciais e políticas estão profundamente conectadas em Angola. Quando o trato comercial se alterava, não ocorria apenas uma mudança econômica, mas também política. O cenário angolano de meados do XIX é marcado por mudanças nos aspectos econômicos e políticos. Com a queda do tráfico legal, o pequeno aparelho colonial estatal português em construto em Angola – nos termos de Michel

de Angola mais influenciada pela presença lusa, fazendo ali florescer uma cultura mestiça e aportuguesada mais marcante do que nas demais regiões de Angola.

¹⁹ Também grafado como *Pungo Andongo*, localizava-se entre *Mbaka* e *Malange*, ao sul do rio *Lukala*, e a norte do *Kwanza*. Ainda sobre esta região, João Guilherme Pereira Barbosa, em relato de viagem datado de 1847, afirma já existir uma tímida circulação de moedas fracas nas trocas com os sobados locais. Para mais informações ver: Angola, Cazengo: descrição d'este districto feita pelo Sr. João Guilherme Pereira Barbosa, e pedida pelo Sr. João de Roboredo – 20 de junho de 1847. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

²⁰ Macro-grupo localizado nas regiões da bacia do *Kwanza*, no planalto do *Ndongo* e regiões circunvizinhas em menor número como no *Libolo*. Os *Mbundu* são desde os séculos antes da chegada portuguesa o grupo predominante no que se entende por *hinterland* de Luanda, sendo, portanto que, as referências aqui as chefias africanas serão sempre visando contemplar este grupo, que a partir do século XVII sofreu forte influência dos *Mbangala*. A autoridade central dos *Mbundu* era referida pelos portugueses como *Soba*.

Cahen (2005), buscou alternativas legais como cera e marfim, sobretudo após o fim do monopólio sobre a cera nos anos 1830 (DIAS, 1994: 50). Para recolha de tais produtos, fazia-se necessário a existência de abundante mão-de-obra, o que fomentaria a partir da década de 1840, uma repressão interna ao tráfico de escravos e conseqüentemente um crescimento das relações de escravidão na região (FERREIRA, 1999: 156).

Entendendo comércio e política como elementos em constante diálogo, volta-se o olhar para o corpus documental de textos acerca de Angola, publicados nos Annaes do Conselho Ultramarino. Nota-se nesta documentação determinadas recorrências que vão além da organização textual do relato²¹, indicam posturas discursivas que levam a questionamentos sobre o estado da estrutura e relações políticas e sociais estabelecidas em Angola em meados do século XIX. Da mesma forma, o silêncio das fontes em relação a determinados assuntos e grupamentos também abrem caminho para uma série de reflexões.

²¹ Quantidade significativa dos relatos apresenta um aspecto construtivo semelhante. Pode-se dizer quando o relato trata-se de uma expedição, sua estrutura ou é por dias e seus respectivos acontecimentos ou por um texto introdutório, uma descrição da paisagem, um campo reservado aos usos e costumes dos *indígenas* e por fim um fechamento, em geral, no destino final da viagem. Quando o relato é encomendado por algum chefe de distrito para fins de levantamento, a escrita tende a ser mais detalhista, com o intuito de escutar não apenas os mecanismos lusos no sertão, mas também os dos africanos relatados, sendo que a presença de comentários do próprio autor é mais abundante do que quando se trata de uma expedição.

Uma das características discursivas que mais predomina é a da fragilidade física da presença portuguesa para além dos núcleos de Luanda e Benguela. Em 1855, João Francisco Régio Lima, destacava que na recém-criada Moçambiques havia dificuldades no estabelecimento das edificações lusas, muito devido à carência de mão-de-obra qualificada à construção civil e a falta de materiais construtivos. Em 1858, João Baptista de Andrade, Governador do Ambriz, chamava a atenção para as ruínas do Encoge²², afirmando que “Em geral, tudo necessita de muitos concertos” (João Baptista de Andrade, 1858: 514). A menção a falta de recursos materiais e humanos foi vista pouco mais de uma década antes, quando em 1844, José Joaquim Lopes de Lima já frisava a fragilidade portuguesa na região de Pungo Andongo.

Há n'aquelle presidio uma falta absoluta de officios mechanicos; não há quem serre uma taboa, quem faça uma panella, etc., etc., de maneira que se acha despresado e em abandono o melhor local de todas as nossas possessões africanas. Quanto seriam felizes milhares de portuguezes se fossem empregar alli seus braços!!! A natureza os recompensaria de seus trabalhos e viveriam satisfeitos. O presidio tem bastantes casas de pedra e cal, e muitas cubatas (cabanas de pretos); porém alli não havia um medico, nem um cirurgião, nem um botica, objectos de primeira necessidades. Promover estas commodidades será um serviço feito á humanidade, e um acto de justiça e

²² Região ao norte de *Cazengo*, a leste da costa norte de Luanda, *Ambriz*.

de beneficiencia. (José Joaquim Lopes de Lima, 1844: 138).

Em 1846, J. B. de Sampaio, Alferes Ajudante d'Ordens do Governador Pedro Alexandrino da Cunha, frisava o estado de ruína das edificações lusas nas regiões de Muxima e Massangano. Segundo o Alferes, havia um motivo para além da falta de matérias e mão-de-obra: a má administração era o grande responsável pelo estado de abandono. Em seguida, de Sampaio aponta que no passado, as edificações encontravam-se em melhores condições.

No mesmo ano do relato de J. B. de Sampaio, Manoel Alves de Castro Francina, chamava a atenção para o decrépito estado da presença lusa no sertão angolano, mais especificamente na hinterland de Luanda. Assim como João Lima, Francina apontou a escassez de materiais e mão-de-obra como motivadores de um fracasso da materialidade construtiva da presença portuguesa. Não obstante, Francina indicou que a situação decrépita do sertão em seu tempo não era conhecida durante a segunda metade do século XVIII. O que Francina fez foi apontar problemas administrativos em Angola, sobretudo nos sertões. Assim como de Sampaio, Francina mostrou um saudosismo a Angola setecentista. Sobre Muxima, Francina escreveu:

Hoje póde dizer-se que está quase abandonado, ou pelo menos maltratado, sendo aliás um rico ponto de defeza,

quando guarnecido; a calçada e a praça do forte achei-a com bastante capim:[...] (Manoel Alves de Castro Francina, 1847: 445).

Em 1847, em relato de viagem de Luanda até o Cazengo, o mesmo Francina enfatizava sua posição anterior e indicava, assim como João Lima, que a boa vontade dos administradores dos sertões são a única responsável pelo singelo desenvolvimento da presença portuguesa.

Outras regiões de Angola como: Pungo Andongo, Duque de Bragança, Huíla, Golungo Alto, Caconda e Massangano, também aparecem nos textos com a característica de declínio da presença portuguesa, seja através de edificações ou da presença humana. A queixa comum acerca da mão-de-obra e dos recursos iam desde as plantações de Bernadino Freire de Figueredo Abreu e Castro, em Moçamendes, que reclava em 1854 da falta de recursos para a construção de prédios e estruturas para a sua lavoura açucareira, até as queixas lamuriosas de Sebastião de Almeida Saldanha da Fonseca, que em 1847 indicava a fragilidade das construções no Dondo.

A recorrência desta fragilidade portuguesa nos sertões pode indicar de imediato um conflito político entre as elites metropolitanas e coloniais, no que compele a distribuição de recursos financeiros (TORRES, 1991: 34-35). Tal peleja, passava de certa forma pelo crivo

do discurso colonialista, que dividia opiniões em Portugal sobre quais as vantagens da ocupação efetiva da África (MARQUES, 1999: 361-362).

Não obstante, além de apontar um confronto externo que excede o território angolano, perpetrado por um discurso liberal comum entre as elites portuguesas oitocentistas (MARQUES, 1999), as observações sobre a fragilidade da presença lusa apontam para relações de sociabilidades em reconfiguração em Angola no século XIX, especialmente em relação às chefias africanas e portuguesas.

Nas relações entre portugueses e autoridades africanas em Angola, observamos condicionantes que apontam para um quadro de intensas trocas sociais, comerciais e conseqüentemente políticas entre estes e indivíduos mestiços. Este ambiente de cultura crioula é apontado por Joseph Miller (1983) como Zona Atlântica, noção no qual o comércio exercia funções mais que econômicas, mas também políticas.

Trading diaspora arose still later to draw slaves from within a consolidated "Atlantic zone" where commerce had supplemented the more "political" or "social" relations common on the inland side of the slaving frontier (MILLER, 1988: 242).

Em Angola – sobretudo nas regiões de contato mais contínuo – estas características que montam a estruturas mestiças são marcantes

como nos sistemas de créditos das “senhoras mestiças de Luanda”, na cultura e resignificação da língua portuguesa e nas relações políticas e comerciais nos sertões (FERREIRA, 1997).

O relato anteriormente referido de Manoel Alves de Castro Francina, datado de 1846, revela aspectos bastante concisos sobre a presença lusa no sertão angolano, sobretudo no que compete aos redutos de cultura mestiça, que são de grande valia para compreender as transformações sociais durante o século XIX.

O Alferes Francina se refere à região de Mbaka como reduto de decadência da presença portuguesa em seu tempo, fazendo alusões a um saudosismo da Angola dos tempos de D. Sousa Coutinho. Esta decadência do estado português pode ser vista não apenas na falta de recursos humanos, mas no decrépito estado das construções e na crescente influência de camundelles no trato do comércio.

Estes camundelles – como eram chamados os indígenas²³ que se autointitulavam brancos, segundo o Alferes – ganharam espaço político e comercial em Mbaka devido ao contato mais estreito com os lusos – especialmente nas trocas comerciais – recusando submeter-se ao serviço de carregadores e gerando atrito com relação ao recrutamento de mão-de-obra, que no século XIX, foi a principal forma de condução de mercadorias rumo ao litoral. Ao mesmo tempo em que critica a

²³ O termo indígena foi o escolhido por Francina para classificar estes indivíduos.

postura dos camundelles no comércio e nas suas atitudes de meirinho – cobrando tributo dos locais para seu próprio sustento – Francina aponta as boas relações e governança das chefias de Mbaka para com os lusos.

Para Francina, os ambaquistas são os mais prósperos entre os angolanos – muito devido a sua assimilação parcial da cultura lusa, como se observa na criação de arquivos, aceitação do português e hábitos culturais marcadamente lusos. Com relação às chefias, aponta que são leais e prestativos aqueles que mantêm uma agricultura de qualidade e oferecem serviços, como no caso do recrutamento de carregadores, feito diretamente pelas chefias em um ato de dever para com a política lusa. Observa-se neste ponto, uma mescla de características pré-coloniais no que compele a subjugação de sociedades ao trabalho e de novas formas sociais, referindo-se a chefia africana como um agente interlocutor entre africanos e portugueses.

Estes apontamentos de Francina nos levam a reflexão sobre quem estava subordinado politicamente: as sociedades da região de Mbaka como um todo ou apenas as chefias locais? Levando em consideração que as observações de Francina aparecem em outros relatos e textos sobre a região de variados viajantes, tende-se a apontar que o controle português na região faz-se de forma indireta, com o domínio político das chefias, que eventualmente, enfrentam intempéries na hierarquia social, como no caso dos camundelles, que se entendem

como independentes tanto dos chefes como dos portugueses, mas se mantém inseridos em uma lógica de diálogo nesta sociedade.

Segundo Jill Dias (1994) os camundelles ou ainda moradores, eram um grupo muito vasto, composto desde africanos até mestiços. Estes indivíduos agiam independentes da presença portuguesa e da tutela das chefias, movimentando o comércio e tencionando as relações sociais, sobretudo no que compele o trato comercial, no qual atuavam muitas vezes como intermediários, alavancando os preços (DIAS, 1994: 51-52).

Enquanto a relação de autoafirmação dos camundelles expõe um fenômeno de diálogo cultural (FERREIRA, 2006), a decadência do estado luso exhibe a soberania dos locais, criando um ambiente onde a ideia de Zona Atlântica está em processo de bancarrota ou de reestruturação. É difícil apontar com certeza a origem destas mutações, mas uma possibilidade para estas tensões na hinterland de Luanda pode ser entendida melhor pelo estudo das transformações das formas de comércio e trabalho na região de Angola após a ascensão do trabalho livre e do comércio legítimo de produtos para além do tráfico.

Roquinaldo Ferreira (1997) sustenta que as redes do tráfico e o sistema de crédito dos sertões, corroboraram para um comércio legítimo de produtos para além do tráfico precoce em Angola, fazendo com que o trabalho livre ascendesse na região em paralelo a filões de escravidão.

Se avaliarmos o cenário descrito por Francina, observamos certa precocidade nas relações de trabalho livre e de comércio nesta região, com o cultivo de produtos agrícolas para exportação e a respectiva remuneração do trabalho aos indígenas, como afirma Francina: que os ambaquistas recebem do chefe distrital 1\$000 de réis mensalmente para a manutenção das dependências administrativas da autoridade portuguesa e para o cultivo da roça.

Francina nos revela um universo em mutação, não apenas nos seus aspectos visuais e paisagísticos, mas também no que compele a organização e reconhecimento de jurisprudência entre portugueses, africanos e mestiços. Até meados do século XIX, a ideia de controle sobre as chefias não era recorrente entre os portugueses, que mantinham contato muito mais com as autoridades paralelas circunscritas às comunidades, no caso dos Mbundu, os makota²⁴ eram a conexão entre chefes e portugueses. ²⁵De certa forma, o que ocorria eram alianças frágeis que visavam à manutenção de um ambiente sereno e de tratamento equânime para o desenvolvimento do comércio (LIMA; BENTHIEN, 2008).

²⁴ Os *makota* eram um grupo bastante significativo dentro das comunidades *Mbundu*, principalmente ao norte do Kwanza. Para adquirir o estatuto de *kota* era preciso ser um *lemba* – homem mais velho de uma linhagem de preponderância de prole feminina. Os *Lemba/Kota* compunham o conselho de apoio aos *Sobas* – os chefes das comunidades. Tradicionalmente eram os *makota* que negociavam com os lusos durante os séculos XVII e XVIII.

²⁵

A pergunta inicial sobre quem controlava quem, pode ser entendida também como uma indagação acerca de qual o estado da hinterland de Luanda em meados do século XIX? Um reduto crioulo marcado e inserido plenamente na Zona Atlântica, uma região de soberania africana ou ainda uma região marcada pelo crescente domínio português sobre as autoridades locais?

Entre as décadas de 1840 e 1860, não foram poucas as investidas portuguesas sobre as comunidades Mbundu (TORRES, 1991), com o intuito de estabelecer uma política de indirect rule²⁶ sobre as comunidades Mbundu. Da mesma forma, as chefias aglutinavam uma série de novos papéis políticos, sobretudo no que compete ao controle das rotas do interior (VELLUT, 2010), atuante diretamente na valoração e escoamento de mercadorias (FERREIRA, 1997: 90). Desta maneira, houve um incentivo a fragmentação política dos grandes potentados regionais, como a autoridade dos Jagas de Kasanje (DIAS, 1994: 51-52) ou ainda Ndala Tando, entre Golungo Alto e Mbaka, sendo que ao mesmo tempo, as pequenas comunidades resultantes deste processo adquiriram características centralizadas ao redor dos chefes.

²⁶ O *indirect rule*, é concebido como um governo indireto, ou seja, um elemento político externo não possui o domínio sobre a sociedade em si, mas detém influência ou ainda controle sobre suas estruturas e figuras de representação política. No caso da Província de Angola, os portugueses exerceram forte influência sobre os pequenos chefes durante meados do século XIX. Esta forma de político opressora fora largamente utilizada pelos britânicos na África e Ásia durante os séculos XIX e parte do XX.

Além do crescimento político das chefias devido aos incrementos comerciais e o ativo controle das rotas interioranas, pode-se aferir que o silêncio das fontes com relação aos makota e o reaparecimento de um antigo comércio interno de sal, ferro, alimentos e carnes (DIAS, 1994: 55-56), reavivou o poder das chefias, que monopolizavam o quanto podiam a circulação destes produtos. Outro índice que remete a uma centralização pode ser visto no contato direto entre portugueses e autoridades, cada vez mais comum e dotado de reconhecimento mútuo de poderes, sendo inclusive incentivado a Sobas de maior poder político, submeter os demais em prol do livre comércio, criando um misto de concepções típicas do século XVIII e novas formas de relacionamento de meados do XIX, muito calcadas na mestiçagem cultural, ao mesmo tempo em que se buscava diminuir a participação dos moradores ou *cammundelles* no comércio e conseqüentemente na política. Tais elementos difusos podem ser observados quando Francina se refere ao Soba Bango e sua expressão política.

“[...] a banza do Soba Bango, singular entre os mais Sobas em todo o seu tratamento, dignidade, e forma de governo – a sua casa é grande, e maior que a de alguns Chefes, que tenho visto; em circulo da banza tem, segundo fui informado pelo Chefe, 780 fogos, e na verdade é bem de acreditar, porque se vêem mui grande numero de pequenas cubatas, e todos lhe rendem cega obediencia.

Este Soba é casado, e traz a mulher de vestido, e bem trajada. Elle tem tanta força phyzica, e moral sobre os seus subordinados, que a exceção do Dembo Caboco de Cambembe, é o único que apresenta carregadores, sem que seja preciso mandar-lhes encarregado para os tirar por meio de amarrações, porque não admite em suas terras Camundelles [...] (Manoel Alves de Castro Francina, 1846: 14).

Mesmo com uma maior presença lusa entre os anos de 1840 e 1860, não se observa uma submissão plena dos Mbundu, haja vista que a vasta gama de medidas lusas não afetou profundamente a organização dos Mbundu a ponto de se submeterem plenamente ao controle de cunho colonizador de Luanda, como se observa no fracasso da política agrícola de produção dos sobados neste mesmo período (DIAS, 1998: 455). Será apenas no último quartel do século XIX que as investidas portuguesas passam a ganhar espaço político e aos poucos retirar a autonomia das autoridades Mbundu (DIAS, 1994). A expedição política-comercial de Capelo e Ivens em 1877 contrasta muito com as investidas de meados do século XIX, extremamente tímidas, comparado a esta (TORRES, 1991: 52).

Difícil apontar o estado em que se encontrava a Zona Atlântica apenas com o material empírico aqui analisado, mas é visível que em meados do século XIX observam-se mudanças e permanências sociopolíticas coexistindo em um ambiente cada vez mais dinamizado

internamente, devido à reestruturação das rotas nas mãos das chefias e da constante interferência dos lusos, gerando atritos políticos, que ficam mais evidentes quando mestiços acabam por interagir na organização do trato político entre portugueses e autoridades africanas, dificultando a lógica do indirect rule para os lusos e diminuindo o controle das chefias sobre o comércio no interior.

Referências

Fontes

De Loanda ao districto de Ambaca, 22 de junho de 1846, por Manoel Alves de Castro Francina. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Sobre o sertão de Cassanje, 20 de abril de 1853, Francisco de Salles Ferreira, Major de Infantaria. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Viagem feita de Loanda com destino as cabeceiras do rio Sena, ou aonde for mais conveniente no interior do continente. De que as tribus são senhores, principiadas em 24 de abril de 1843, 23 de fevereiro de

1846, por Joaquim Rodrigues da Graça. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Exploração do rio Quanza, 10 de agosto de 1857, Segundo o Tenente José Joaquim Borja de Moraes e João Climaco de Carvalho. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Viagem ao Cazemgo pelo Quanza, e regresso por terra, 6 de fevereiro de 1847, pelo Srº Manoel Alves de Castro Francina. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Angola, Cazemgo: descrição d'este districto feita pelo Srº João Guilherme Pereira Barbosa, e pedida pelo Srº João de Roboredo, 20 de junho de 1847. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Relação de uma jornada de Loanda ao presídio de Pungo Andongo, província de Angole no anno de 1847, 27 de outubro de 1847, pelo Srº Sebastião de Almeida Saldanha da Fonseca. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

De uma viagem do Bembe ao Encoge, 6 de julho de 1858, pelo Srº João Baptista de Andrade, Governador do Ambriz. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Diário de viagem para São José de Encoge, dezembro de 1854, por Francisco de Salles Ferreira. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Jornada de Loanda para Muxima, 17 de dezembro de 1846, pelo Alferes J. B. de -Sampaio. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Presídio Duque de Bragança, 17 de janeiro de 1848, por Vicente José Duarte. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Distrito de Ambaca, 18 de fevereiro de 1848, por Oliveira Chaves. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Presídio de Pungo Andongo, vulgarmente chamado de Pedras Negras, 1844, por José Joaquim Lopes de Lima. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Distrito de Massangano, 7 de Dezembro de 1847, Tenente Comandante Alexandre Thomaz de Moraes Sarmiento. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo II (Janeiro de 1859 a Dezembro de 1861). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Estado do Districto, 7 de outubro de 1861, por João Jacinto Tavares, Tenente-Coronel e Governador interino. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo III (Janeiro de 1862 a Dezembro de 1862). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Notas diversas; guerra de Cassage. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*, Tomo III (Janeiro de 1862 a Dezembro de 1862). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Bibliografia

ADE AJAYI, J. F. Conclusão: a África as vésperas da conquista europeia. In: *História Geral da África, VI: África do século XIX a década de 1880* / editado por J. F. Ade Ajayi – Brasília: UNESCO, 2010.

BIRMINGHAM, David. *A África central até 1870*. Luanda: ENDIPU/UEE, 1992.

CAHEN, Michel. Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique em particular. In: *Africa studia*, n° 8, 2005, FLUP, p. 39-67.

CURTO, José. Vinho verso cachaça: a luta luso-brasileira pelo comércio de álcool e de escravos em Luanda, c.1648-1703. In: *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico sul*. PANTOJA, Selma e SARAIVA, J. F. S. (orgs). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, p. 69-97.

DIAS, Jill. Mudanças nos padrões de poder no hinterland de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu (c.1845-1920). *Penélope*, n°14, 1994, p. 43-91.

_____. Angola. In: *Nova história da expansão portuguesa, volume X, O império africano (1825-1890)*. Direcção: Joel Serrão e A. H. de Oliveira, (coor) Valentin Alexandre e Jill Dias. Lisboa: Estampa, 1998.

FERREIRA, R. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860. In: *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico sul*. PANTOJA, Selma

e SARAIVA, J. F. S. (orgs). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, p. 143-194.

_____. Fazendas em troca de escravos: circuitos de créditos nos sertões de Angola, 1830-1860. *Estudos Afro-Asiáticos*, 32, dez, 1997, p. 75-96.

FINLEY, M. I. Slavery. *International Encyclopedia of the Social Sciences*, 14, 1968: 307-13.

GLASGOW, Roy. *Nzinga: Resistência africana à investida do colonialismo português em angola, 1582-1663*. São Paulo, Perspectiva, 1982.

LIMA, Carlos A. M.; BENTHIEN, R. F. Exigir prudência e bom governo: diálogos entre antigos e modernos com base no pensamento político nos ibéricos. In: DORÉ, A.; LIMA, L. F. S.; SILVA, L. G. *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: HUCITEC, 2008, p. 163-181.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS, 1999.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1995.

_____. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1976.

MILLER, Joseph, C. Angola central e sul por volta de 1840. *Estudos Afro-Asiáticos*, 32, dez, 1997, p. 7-54.

_____. The paradoxes of impoverishment in the Atlantic zone, In: *David Birmingham and Phyllis Martin* (eds.), *History of Central Africa*. London and New York 1983, II, pp. 118-159.

_____. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico sul*. PANTOJA, Selma e SARAIVA, J. F. S. (orgs). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, p. 11-68.

_____. *Way of death: Merchant capitalism and the Angola slave trade*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

_____. MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco: os antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: AHN, 1995.

PANTOJA, Selma. *O litoral angolano nas vésperas da independência do Brasil*. Textos de história, vol. 11, n° ½, 2003, p. 187-215.

_____. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. Trad. Marisa Rocha Morta; Coor. editorial Mary del Priore; Rio de Janeiro, Editora Campus / Elsevier, 2004,

TORRES, Adelino. *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

VELLUT, Jean-Luc. A bacia do Congo-Angola. In: *História Geral da África, VI: África do século XIX a década de 1880* / editado por J. F. Ade Ajayi – Brasília: UNESCO, 2010.

VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de Sociologia Histórica*. Lisboa: Estampa, 1996.